

1. Título

DO CONTEXTO AO DESENHO: ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PARA O PARQUE MUNICIPAL DA BRASILÂNDIA

2. Justificativa

O distrito da Brasilândia encontra-se na fronteira norte da malha urbana de São Paulo, sendo que dois terços de sua área apresenta uma ocupação periférica densa, permeada por favelas e loteamentos irregulares. Essa é uma região demonstrativa de um padrão de urbanização periférica, em que a produção do espaço da chamada “cidade informal” tem forte relação com os aspectos ambientais do local. É marcado por uma grande densidade construtiva e demográfica, que não se expressa simplesmente através do número de 12,615 habitantes por m² (SÃO PAULO, 2017), havendo de se considerar também que cerca de 33% de sua área total é ocupada pela Reserva Florestal da Cantareira.

Essa determinação socioambiental mencionada é decorrente da reprodução como um todo na cidade das formas de produção dominantes: a segregação espacial é provocada, de modo geral, pelo eixo do poder aquisitivo e acesso ao solo urbano infraestruturado, considerando que o processo de produção do espaço urbano se dá de maneira desigual, sujeito às contradições das relações sociais e ao constante enfrentamento de classes antagônicas, a estratificação social reflete-se na espacialidade dos objetos da cidade, originando assim o processo de segregação socioespacial. O que se embasa e se constata historicamente é a expulsão da população de baixa renda das áreas mais equipadas da cidade devido à impossibilidade de pagar pelo preço da terra e, então, a consequente ocupação das bordas das cidades em áreas mais baratas, muitas vezes conformando loteamentos

irregulares. Essas áreas, que não são visadas pelo mercado imobiliário formal devido à falta de equipamentos, de mobilidade urbana ou com riscos e restrições ambientais, geram então a cidade informal apontada por Ermínia Maricato, em que “O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2000), isto é, ocorre então a conformação de espaços em que boa parte da população reside, porém não há acesso aos recursos da cidade e à qualificação urbana de seus bairros, inclusive formando muitos bairros-dormitórios na periferia.

A segregação socioespacial faz emergir o anseio aos benefícios gerais da vida urbana, ou seja, o direito à cidade ao cidadão, econômica e espacialmente excluído, como forma de satisfação de suas necessidades vitais. Não se tratando, contudo, de uma reivindicação individual, mas sim de uma proposta coletiva de reestruturação dos processos de formação e concepção do espaço urbano pela *práxis*, de modo que se possibilite a integração da cidade, em seu conjunto de benefícios, a todos os segmentos de classe que nela residem.

Na contrapartida dessa situação de precariedade, as periferias de São Paulo apresentaram melhorias devido à organização de seus moradores na reivindicação de equipamentos públicos, habitação, espaços culturais e infraestrutura. Em locais de fragilidade ambiental como a Brasilândia, de declividades acentuadas, áreas de risco e com uma hidrografia marcada pela presença de muitas nascentes, córregos e cursos d'água, mas contando ainda com alguns remanescentes de Mata Atlântica em glebas que não foram ocupadas, as necessidades de espaços públicos e infraestrutura acabam se associando fortemente às questões ambientais. É nesse contexto que se encontra o Movimento em Defesa do Parque Municipal da Brasilândia, um movimento composto por moradores da Brasilândia que reivindicam desde 2002 que uma gleba com importantes características ambientais de cerca de

320 mil m², localizado entre o Jardim Damasceno, o Jardim Carombé, o Jardim Paulistano e a COHAB Brasilândia seja transformada em um parque municipal para usufruto não só da população da Brasilândia mas de outros quatro distritos da Zona Norte que também não contam com áreas verdes desse tipo: Freguesia do Ó, Limão, Casa Verde e Cachoeirinha.

Desde 2015, três projetos de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo acompanharam as discussões que envolvem a implantação do Parque Municipal da Brasilândia procurando, por um lado, compreender os desejos de paisagem da população promovendo oficinas e se envolvendo com as escolas na área envoltória do parque e, por outro lado, analisando a inserção desse equipamento ora nas discussões sobre a produção do espaço urbano, e o aparente conflito na disputa fundiária entre moradia e paisagem, ora também com relação à escala da Bacia do Cabuçu e da Microbacia do Bananal. Os projetos realizados na região foram: *Parque Municipal da Brasilândia: Criação Coletiva da Paisagem*, *Processos participativos na construção da paisagem: sistemas de espaços livres públicos na Microbacia Hidrográfica do Córrego do Bananal, São Paulo* e *Direito à paisagem e desenho de espaços livres públicos na zona norte de São Paulo - Projeto para o Parque Municipal da Brasilândia*, sendo este último o mais recente, cujos produtos serão utilizados como instrumentos iniciais para este projeto, tratando-se de uma continuidade do processo anterior.

O Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia hoje tenta garantir junto ao poder público a implementação do parque, que já foi delimitado como ZEPAM no Plano Diretor de São Paulo de 2014 e na nova lei de zoneamento. Entretanto, para a atuação do poder público duas situações são destacadas como impasse:

- A resolução da questão fundiária: parte do terreno é propriedade pública e outra parte é propriedade privada;
- Região norte do parque apresenta duas ocupações de habitação: uma é mais antiga e é composta por população de baixa renda marcada pela presença de barracos e conhecida por Favela da Capadócia, a outra é um loteamento clandestino com residências de 2 a 3 andares em alvenaria que começou a ser construído em Dezembro de 2016 e ainda não possui pessoas residindo.

A Secretária Municipal do Verde e do Meio Ambiente em discussão com o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia e com membros das universidades que se envolveram com projetos de extensão vinculadas ao parque (FAUUSP e FIAM FAAM), reconheceu a importância da área e indicou em Maio de 2017 que há possibilidades de intervenções nas áreas onde a situação fundiária já foi resolvida, e que essas intervenções podem sinalizar o início da realização do parque.

Os projetos de extensão realizados puderam servir de aprendizado para os estudantes envolvidos quanto aos conflitos e disputas relacionadas ao direito à paisagem e à moradia, quanto à organização da administração pública nas áreas de planejamento urbano e meio ambiente, mas também puderam ser uma forma de contribuição para a população local ao fomentar discussões e organizar uma série de conhecimentos técnicos sobre a região que justificassem a importância do parque, aproximando a universidade da população da região e dos movimentos sociais ali presentes, através dos projetos de extensão desenvolvidos. Dessa forma, se destaca a importância na continuidade da parceria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo com os moradores da Brasilândia de modo que agora os estudantes e pesquisadores possam continuar contribuindo com subsídios técnicos quanto às ações possíveis para implementação total do parque e

também possam assessorar a elaboração de um estudo preliminar para o mesmo, além de promover e manter as relações estabelecidas com as escolas públicas da região.

O projeto de extensão proposto visa a continuidade dos processos participativos que já foram estabelecidos anteriormente, procurando aprofundá-los de acordo com os produtos obtidos nos ensaios propositivos e oficinas. Dentre as atividades já realizadas, incluem-se a elaboração de oficinas nas escolas localizadas nos arredores do parque, que possibilitaram a sensibilização das crianças em relação a paisagem, reconhecendo o futuro Parque e os espaços que fazem parte do seu cotidiano. Isso tornou possível a produção de materiais de grande valor para o embasamento de um projeto que busque atender aos anseios de sua população. Tais oficinas estabeleceram uma comunicação de grande valia entre a Universidade e as escolas públicas da região, destacando o potencial da parceria e as possibilidades de formação, instrução e diálogo entre o Movimento em Defesa do Parque da Brasilândia, professores e alunos das EMEFs, e os alunos bolsistas da FAUUSP.

Do mesmo modo, tendo a Brasilândia sido tema abordado por disciplinas tanto da graduação como da pós-graduação, estas geraram produtos com competência para estudo e subsídio ao novo projeto. Por fim, além do objetivo final do desenvolvimento do estudo preliminar do Parque, tem-se a valorização do processo em si a fim de torná-lo um caminho de “construção de conhecimento e da metodologia projetual”. Sendo este um projeto elaborado pela universidade pública, a participação democrática das comunidades no processo é fundamental. Além disso, o fato de ser um trabalho interdisciplinar e interinstitucional (envolvendo escolas públicas, a universidade e a SVMA), torna o processo de construção desse

projeto essencial para uma formação estudantil conectada às demandas da realidade.

3. Objetivos

- Reforçar a articulação estabelecida com os moradores da Brasilândia, de modo a manter ativas as discussões sobre os conflitos na produção do espaço urbano;
- Dar continuidade ao projeto de extensão, elaborando um projeto que possa ser útil como instrumento de reivindicação para os moradores;
- Realizar novas oficinas em parceria com a EMEF Jardim Damasceno, que possuam um cunho de formação tanto para os bolsistas, quanto para a escola;
- Realizar um ensaio propositivo para o projeto do Parque Municipal da Brasilândia de forma a abranger os desejos da população para o Parque;
- Detalhar o projeto em uma área menor do parque a ser escolhida pela população.

4. Materiais e métodos

- Organizar encontros com a população da região, a fim de definir a área de detalhamento do parque e compreender seus desejos de paisagem.
- Elaborar estudos e análises dos projetos já realizados para a área do Parque, considerando seu potencial de conexão entre espaços livres e de vegetação.
- Executar levantamentos técnicos sobre o terreno do parque, mapeando dados relativos à topografia, hidrografia e vegetação.
- Utilizar como insumo para elaboração do projeto os produtos (desenhos e maquetes) das oficinas já realizadas, assim como o plano de massas.

- Através da união dos desejos e demandas da população com as bases cartográficas e as leituras de campo, desenvolver o estudo preliminar do Parque da Brasilândia.

5. Ações e detalhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas

ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA MENSAL ESTIMADA	10 BOLSISTAS (de A a J)											
			Oficinas					Projeto						
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J		
Reunião de balanço e planejamento (semanal)		16	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elaboração de ensaios propositivos		10	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reunião de planejamento com o Movimento em Defesa do Parque Municipal da Brasilândia (bimestral)		4,5						x	x	x	x	x	x	x
Delimitação da área do parque e caracterização de seus aspectos físicos		2						x						
Mapeamento dos corregos e nascentes		2							x	x				
Classificação de espécies vegetais		2										x	x	
Pesquisa e análise de projetos e bibliografias existentes para a região		2						x	x	x	x	x	x	
Desenvolvimento do projeto de estudo preliminar		12			x	x	x			x	x	x		
Detalhamento de parte do parque (a ser definida ao longo da Extensão)		3,5	x	x			x	x	x					
1ª Oficina com EMEF Jardim Dasmasceno I	Desenvolvimento da proposta	5	x	x	x	x	x	x	x					
	Reunião organizativa com a coordenação	2	x	x	x					x				
	Atividade de formação com os professores	1	x	x	x	x	x					x	x	
	Realização da oficina com os alunos da EMEF	0,5	x	x	x	x	x	x	x					
2ª Oficina com EMEF Jardim Dasmasceno I	Desenvolvimento da proposta	5	x	x	x	x	x	x	x					
	Reunião organizativa com a coordenação	2			x	x	x			x				
	Atividade de formação com os	1	x	x	x	x	x					x	x	

	professores												
	Realização da oficina com os alunos da EMEF	0,5	x	x	x	x	x					x	x
3º Oficina com EMEF Jardim Damasceno I	Desenvolvimento da proposta	5	x	x	x	x	x	x	x				
	Reunião organizativa com a coordenação	2	x	x		x					x		
	Atividade de formação com os professores	1	x	x	x	x	x					x	x
	Realização da oficina com os alunos da EMEF	0,5	x	x	x	x	x				x		
Apresentação dos resultados ao movimento e colaboradores da EMEF Jardim Damasceno I		0,5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

6. Resultados esperados e indicadores de acompanhamento

A continuidade da relação estabelecida entre a Universidade e a população da Brasilândia, em conjunto ao envolvimento e reconhecimento do futuro parque pela população lá residente, fazem parte dos resultados esperados pelo projeto de extensão. Somente a partir do que fora enunciado, isto é, um processo coletivo de construção do saber, é que buscamos a construção de um projeto preliminar que possa ser utilizado pelos moradores no processo de reivindicação do futuro Parque da Brasilândia. Neste estará contido o plano de massas como instrumento inicial, a identificação de corpos d'água na região, um projeto em uma ampla escala para entender a importância do parque e sua relação com os espaços livres da região, bem como um detalhamento da parte do terreno escolhida em conjunto à população.

7. Cronograma de execução

ATIVIDADES	2018					2019							
	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Reuniões de balanço e planejamento													
Realização das oficinas com a EMEF Jardim Damasceno I													
Reuniões com o Movimento em Defesa do Parque Municipal da Brasilândia													
Elaboração de ensaios propositivos													
Pesquisa e análise de projetos e bibliografias existentes para a região													
Mapa de caracterização da região													
Desenvolvimento do projeto de estudo preliminar													
Detalhamento de projeto em parte do parque													
Apresentação dos resultados ao movimento e colaboradores da EMEF Jardim Damasceno I													

8. Bibliografia

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. **Paisagens Reveladas no Cotidiano da Periferia**. São Paulo: Giostri, 2014.

BOUCINHAS, Caio; LIMA, Catharina Pinheiro C. S. Parque Pinheirinho d'Água: a luta por reconhecimento e visibilidade. In: **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, número 33. São Paulo, 2013. p. 11-34.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos; BOUCINHAS, Caio. Sistema de Áreas Verdes e de Lazer: uma visão da paisagem. In: Bruno Roberto Padovano; Marly Namur; Patricia Bertacchini. (Orgs.). Sistema de Áreas Verdes e de Lazer - uma visão da paisagem. 001 ed. São Paulo: EDUSP e PINI, 2012, v. 0, p. 276-286.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo: São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo, 2000.

NASCIMENTO, Andrea Zemp Santana do. **A criança e o arquiteto**: quem aprende com quem? Dissertação (mestrado) FAUUSP. São Paulo, 2009.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP. Infocidade (Comp.). **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Prefeituras Regionais**, 2017. Elaborado por SMDU/Deinfo a partir de IBGE - Censos demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em: 15 maio 2018.

VICENTE, Paula Martins; LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. Parque Pinheirinho d'Água: a construção coletiva do espaço público. **Anais do XVII ENANPUR**. São Paulo: ANPUR, 2017.